

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.461 - RS (2020/0048556-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : JARVIS CHIMENEZ PAVAO (PRESO)
ADVOGADO : JEAN DE MENEZES SEVERO - RS060118A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão assim ementado (fl. 72):

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE RETORNO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL FORMULADO PELA DEFESA DO PACIENTE. ILEGALIDADE INEXISTENTE. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Inexiste qualquer ilegalidade no ato da autoridade coatora, eis que se aguarda a decisão do pedido de retorno ao Estado, formulado perante a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Velho/RO.
2. Denegação da ordem de habeas corpus.

O paciente, condenado pela Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cumpre pena no Presídio Federal de Porto Velho/RO, aguardando-se julgamento do Juízo de execução a respeito do pedido defensivo de retorno do reeducando ao estado do Rio Grande do Sul.

O impetrante requer, liminarmente e no mérito, a imediata transferência do paciente para penitenciária de segurança máxima no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, alega expiração do prazo estabelecido de permanência no presídio federal e falta de pedido de renovação da medida, o que demonstra não ser mais aquela necessária, além do ato tumultuoso do juízo da origem ao suspender o feito por um ano sem sequer examinar a presente e delicada situação.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a transferência do reeducando, extrai-se do acórdão (fls. 69-70):

Ao indeferir a liminar, evento 2, anotei, verbis:

[...]

Diante deste relato, mostra-se prematuro determinar o imediato retorno do paciente ao sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul.

Saliento que está pendente de análise o pedido de retorno ao Estado, formulado pelo paciente, porquanto declinada a competência para a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Velho/RO, motivo pelo qual indefiro a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, inexistente qualquer ilegalidade no ato da autoridade coatora, eis que se aguarda a decisão do pedido de retorno ao Estado, formulado perante a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Velho/RO.

[...]

Dessa forma, inexistente qualquer ilegalidade a ser reparada no presente habeas corpus.

Como se vê, a alegação de expiração do prazo estabelecido de permanência no presídio federal, com a estadia do preso sem pedido de renovação da medida, não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 68-71. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Quanto à alegação de suspensão indevida do feito, nota-se que ocorreu declínio de competência do Juízo de execução do Rio Grande do Sul para o Juízo de execução da Comarca de Porto Velho/RO, local onde o reeducando atualmente cumpre pena, não havendo falar em ilegalidade por suspensão indevida do feito, tendo em vista que o Juízo declinado, competente para tanto, ainda fará o exame do pedido de transferência.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator